



MARQUES, GONTIJO & FELÍCIO ADVOGADOS ASSOCIADOS

José Marques de Souza Júnior - Vinícius Mattos Felício - Tiago Abreu Gontijo - Ana Augusta Marques Mendanha Marques - Rachel M^a. Abdalla Miranda Diniz
Leonardo Viana Valadares - Rogério de Oliveira Rocha - Isabela Santos Duarte - Bruno Lara Michel - Gustavo César Souza Nascimento
Alexandre Marques de Miranda - Júlia Antunes Furtado - Sérgio Gonçalves Horsts - Laura Aguiar Fernandes Horsts



À FUNDAÇÃO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE

Red. Ruons

Referência: Processo Administrativo COPAM/PA/1565/2004/001/2004

ASCÂNIO TURISMO E EXCURSÕES LTDA., já qualificada nos autos do processo em epígrafe, vem, respeitosamente, diante de V. Exa., por seus procuradores *in fine* assinados, aviar o presente **PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO** em face da penalidade aplicada nos autos do Processo Administrativo COPAM/PA/1565/2004/001/2004, com base no Auto de Infração 1278/2004, o qual deverá ser enviado à CNR do COPAM para apreciação e julgamento.

I - DA TEMPESTIVIDADE

Ab initio, impende ressaltar a tempestividade do presente pedido de reconsideração, eis que protocolizado no prazo de 20 (vinte) dias contados do recebimento da intimação da decisão que se pretende reconsiderar, em 19/06/2009.

II - DOS FATOS

Pretende a Solicitante ver reconsiderada a aplicação de duas penalidades decorrentes, em tese, das seguintes condutas típicas:

- descumprir determinação ou condicionantes formulada pelo Plenário do COPAM, por Câmara Especializada, ou por órgão seccional de apoio, inclusive planos de controle ambiental, de medidas mitigadoras, de monitoração, ou equivalentes, aprovadas na Licença de Operação, se não constatada a existência de poluição ou degradação ambiental;
- causar poluição ou degradação ambiental de qualquer natureza que resulte ou possa resultar em dano à saúde humana, aos recursos hídricos, às espécies vegetais e animais, aos ecossistemas e habitats ou ao patrimônio natural ou cultural;



MARQUES, GONTIJO & FELÍCIO ADVOGADOS ASSOCIADOS



José Marques de Souza Júnior - Vinícius Mattos Felício - Tiago Abreu Gontijo - Ana Augusta Marques Mendanha Marques - Rachel M^a. Abdalla Miranda Diniz
Leonardo Viana Valadares - Rogério de Oliveira Rocha - Isabela Santos Duarte - Bruno Lara Michel - Gustavo César Souza Nascimento
Alexandre Marques de Miranda - Júlia Antunes Furtado - Sérgio Gonçalves Horsts - Laura Aguiar Fernandes Horsts

No auto de infração que pautou a aplicação das penalidades, sustentou a fiscalização que estaria descumprindo, a Solicitante, a legislação ambiental no que se refere ao tanque aéreo e bomba de abastecimento então localizados em seu estabelecimento. Na ocasião, afirmou que, dentre as irregularidades, destacavam-se em razão do **POTENCIAL** risco de acidente e/ou dano ambiental: que efluentes do posto não são direcionados para o sistema separador água e óleo; que o respiro do tanque não possui válvula de recuperação de gases, o tanque não possui bacia de contenção; que a área de abastecimento não possui piso concretado e não é coberta; e que as instalações não foram construídas de acordo com as normas técnicas em vigor.

Este é, em síntese, a hipótese dos autos.

III - DOS FUNDAMENTOS PARA RECONSIDERAÇÃO DA PENALIDADE APLICADA

Em que pese as considerações trazidas no auto de infração, bem como no decorrer do processo administrativo, fato é que de todo insustentável a aplicação de quaisquer penalidades no caso concreto. Demonstra-se:

3.1. DO BIS IN IDEM

O primeiro óbice à manutenção das penalidades aplicadas diz respeito ao fato de que, a partir de uma única conduta, pretende, a fiscalização aplicar duas penalidades à autuada.

Note-se que, ainda que se cogitasse a ocorrência de infração, o que não se admite, e se admitisse que enquadrável sua conduta a dois tipos legais distintos, cumpria ao agente ter-lhe aplicado uma única infração.

Desta feita, de plano devido cancelamento de uma das multas aplicadas.

3.2. DA NÃO CARACTERIZAÇÃO DE POLUIÇÃO OU DEGRADAÇÃO AMBIENTAL

Não menos importante é notar que, na espécie, não constatada a efetiva ocorrência de poluição ou degradação ambiental.



MARQUES, GONTIJO & FELÍCIO ADVOGADOS ASSOCIADOS



José Marques de Souza Júnior - Vinícius Mattos Felício - Tiago Abreu Gontijo - Ana Augusta Marques Mendanha Marques - Rachel M^a. Abdalla Miranda Diniz
Leonardo Viana Valadares - Rogério de Oliveira Rocha - Isabela Santos Duarte - Bruno Lara Michel - Gustavo César Souza Nascimento
Alexandre Marques de Miranda - Júlia Antunes Furtado - Sérgio Gonçalves Horsts - Laura Aguiar Fernandes Horsts

Assim se afirma não só com base na inexistência de laudo de constatação, conforme já narrado na peça de defesa cujos termos se reitera integralmente, mas também e principalmente com base no próprio Relatório Técnico NUCUM 0014/2004 que pautou o auto de infração lavrado.

Neste diapasão, por demais elucidativos os termos do referido relatório técnico que informa a pretensa existência de irregularidades as quais ocasionaram tão somente **POTENCIAL DE RISCO DE ACIDENTE E/OU DANO AMBIENTAL**.

Ora, se havia, em tese, apenas **POTENCIAL** de risco de acidente e/ou dano ambiental, por óbvio que inexistente efetiva ocorrência de poluição ou degradação ambiental.

Ipso facto, não caracterizada a conduta típica descrita no auto de infração.

Cumprе ressaltar que os argumentos acima expedidos se aplicam inclusive ao suposto descumprimento de orientação do COPAM, eis que a infração gravíssima, neste sentido cogitada, pressupõe a constatação de existência de poluição ou degradação.

Por tudo isso, devido o acatamento do presente pedido de reconsideração, com o devido cancelamento das penalidades aplicadas.

3.3. DO EMPREENDIMENTO

A corroborar as alegações supra, importa, mais uma vez, ressaltar que todo o trabalho da fiscalização parte de premissa equivocada de que o empreendimento da Solicitante estaria sujeito à Deliberação Normativa COPAM 50/2001, deliberações estas que teriam sido descumpridas.

Ocorre que não é este o caso, eis que, nos termos do art. 6º, da referida norma, a Solicitante estava dispensada de obter licenciamento ambiental, em virtude da sua capacidade de armazenamento.

Nestes termos, com base nos próprios termos do art. 1º, combinado com art. 6º, do próprio dispositivo tido por inobservado, inaplicáveis à espécie os termos da Deliberação Normativa COPAM 50/2001.

De toda sorte, conforme narrado em sede de defesa, em visita técnica realiza por Técnico que firmou o citado documento, o estabelecimento da Solicitante



MARQUES, GONTIJO & FELÍCIO ADVOGADOS ASSOCIADOS

José Marques de Souza Júnior - Vinícius Mattos Felício - Tiago Abreu Gontijo - Ana Augusta Marques Mendanha Marques - Rachel M^a. Abdalla Miranda Diniz
Leonardo Viana Valadares - Rogério de Oliveira Rocha - Isabela Santos Duarte - Bruno Lara Michel - Gustavo César Souza Nascimento
Alexandre Marques de Miranda - Júlia Antunes Furtado - Sérgio Gonçalves Horsts - Laura Aguiar Fernandes Horsts



está, sim, em funcionamento com todos os sistemas necessários à sua adequação ambiental devidamente instalados.

IV - DA EVENTUALIDADE

Na improvável hipótese de vir a ser mantida a aplicação das penalidades que se pretende ver reconsiderada, imperiosa a observância das atenuantes de que trata o Decreto nº 39.324/1998, haja vista que, a uma, não caracterizada poluição ou degradação ambiental e, a duas, que a autuada vem observando regamente as normas técnicas da ABNT e da legislação ambiental.

Por conseguinte, em caso de manutenção de qualquer das penalidades, devida quando menos sua redução em 1/3 (um terço).

Ainda em atenção ao princípio da eventualidade requer lhe seja outorgada a faculdade de firmar Termo de Compromisso com o COPAM, com a consequente redução das penalidades finais em 50% e/ou a aplicação do benefício da prerrogativa legal de se transformar os valores da penalidade em obrigação de "execução de medida de interesse de proteção ambiental", bem como o benefício do parcelamento.

Termos em que

Pede e espera deferimento.

Belo Horizonte/MG, 13 de julho de 2009.

TIAGO ABREU GONTIJO
OAB/MG 96.396


GUSTAVO CÉSAR S. NASCIMENTO
OAB/MG 101.831

PROCURAÇÃO POR INSTRUMENTO PARTICULAR



OUTORGANTE: ASCANIO TURISMO E EXCURSÕES LTDA., pessoa jurídica de direito privado, regularmente inscrita no CNPJ sob o nº 19899566/0004-78, por seu representante legal.

OUTORGADOS: JOSÉ MARQUES DE SOUZA JÚNIOR, brasileiro, casado, residente e domiciliado em Belo Horizonte/MG, ADVOGADO, regularmente inscrito na OAB/MG sob o n.º 63.613, inscrito no CPF/MF sob o n.º 814.044.506-10; VINÍCIUS MATTOS FELÍCIO, brasileiro, solteiro, ADVOGADO regularmente inscrito na OAB/MG sob o n.º 74.441, inscrito no CPF/MF sob o n.º 945.803.836-72; ANA AUGUSTA MARQUES MENDANHA MARQUES, brasileira, casada, residente e em Belo Horizonte/MG, ADVOGADA regularmente inscrita na OAB/MG sob o n.º 63.579, inscrita no CPF/MF sob o n.º 875.152.376-00; TIAGO ABREU GONTIJO, brasileiro, solteiro, residente e domiciliada nesta Capital, ADVOGADO regularmente inscrito na OAB/MG sob o n.º 96.242; LEONARDO VIANA VALADARES, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado nesta Capital, ADVOGADO regularmente inscrito na OAB/MG sob o n.º 78.087; ROGÉRIO DE OLIVEIRA ROCHA, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado nesta capital, ADVOGADO, regularmente inscrito na OAB/MG sob o n.º 101.610; BRUNO LARA MICHEL, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado nesta capital, ADVOGADO, regularmente inscrita na OAB/MG sob o n.º 90.525; ISABELA SANTOS DUARTE, brasileira, solteira, residente e domiciliada nesta capital, OAB/MG 101.511; GUSTAVO CESAR SOUZA NASCIMENTO, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado nesta capital, ADVOGADO, regularmente inscrito na OAB/MG 101.831; ALEXANDRE MARQUES DE MIRANDA, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta capital, regularmente inscrito na OAB/MG sob o n.º OABMG 112.330; SILVIA FERNANDES, estagiária, solteira, inscrita na OAB/MG 15.234 E, DANIELLA AYRES DE MATOS, estagiária, solteira, inscrita na OAB/MG 19.610 E, PEDRO ANDRADE PERILLO, estagiário, solteiro, inscrito na OAB/MG 19.720 E, ROBERTO MENDES COSTA, estagiário, solteiro, inscrito na OAB/MG 20.175 E, ANA ELISA SILVA BRAZ, estagiária, solteira, inscrita na OAB/MG 21.686 E, GUSTAVO HENRIQUE MENDES DOS SANTOS, estagiário, solteiro, inscrito na OAB/MG 21.271 E, todos com escritório nesta Capital, na Rua Rio Grande do Sul 1.010, Bairro Santo Agostinho, CEP 30.170-111 - PABX/Fax (031) 3335-7565.

PODERES: Para o foro em geral, incluindo os especiais para transigir, desistir, dar e receber quitação e/ou receber e dar quitação, firmar compromissos, dar carga nos autos, tirar cópias reprográficas, prestar declarações, celebrar acordos, atuar em conjunto e separadamente, podendo ainda atuar em qualquer instância, juízo ou Tribunal, ou substabelecer, com ou sem reservas.

OBJETO: O objeto da presente outorga é a representação da outorgante nos autos do COPAM/PA/Nº 1565/2004/001/2004.

Belo Horizonte, 24 de junho de 2009.



ALTERAÇÃO CONTRATUAL DA SOCIEDADE

"ASCÂNIO TURISMO E EXCURSÕES LTDA - EPP."

Nire Nº 3120035627-1

CNPJ nº 19.899.566/0001-25

ASCÂNIO GONTIJO, brasileiro, casado, empresário, portador da cédula de identidade nº M-864.955 expedida pela SSP/MG, inscrito no CPF(MF) sob nº 003.946.456-34 e SYLVIA GOMES GONTIJO, brasileira, casada, empresária, portadora da cédula de identidade nº 862.872 expedida pela SSP/MG, inscrita no CPF(MF) sob nº 551.658.186-91, residentes e domiciliados à Rua Mato Grosso, nº 641, apto.501, centro, CEP. 35.500-027 em Divinópolis (MG), sócios componentes da sociedade "ASCÂNIO TURISMO E EXCURSÕES LTDA - EPP.", conforme contrato social registrado na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais, resolvem processar esta alteração contratual nesta data para sua adaptação ao Novo Código Civil, Lei nº 10.046, de 10/12/2002, bem como, para alterar o endereço social da garagem de veículos da sociedade e nomear administrador estranho ao quadro social, respeitando-se as seguintes cláusulas:

I - MUDANÇA DE ENDEREÇO SOCIAL.

A garagem de estacionamento e manutenção de veículos próprios, situada na Av. Benedito Gonçalves, nº 1651, Centro Industrial Cel. Jovelino Rabelo, CEP.35.502-287, altera seu endereço para Av. Antônio Delaretti Filho, nº 1.200, Centro Industrial Cel. Jovelino Rabelo, CEP.35.502-288.

II - NOMEAÇÃO DE GERENTE ADMINISTRATIVO



II - A - Por deliberação dos sócios cotistas desta sociedade, é nomeado o Senhor **GERALDO WAGNER SILVA GONÇALVES**, brasileiro, casado. Gerente Administrativo, portador da cédula de identidade nº M-8842398 expedida pela SSPMG, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas (MF), sob nº 774.367.926-87, residente e domiciliado à Rua Paraíba, nº 889, apto. 201, centro, em Divinópolis (MG), CEP. 35.500-016, para administrar os interesses sociais dela, dentro dos limites assegurado-se nos artigos 1.010 ao 1.022, da supracitada Lei Civil.

II - B - Ao ser investido no cargo de Gerente administrativo pelos sócios desta sociedade, até o dia 31/12/2005, funções ora delegadas, se compromete pessoal e solidariamente pelos atos que praticar, nos exatos termos previstos nos artigos descritos da Lei Civil da cláusula anterior, vedado entretanto, o uso da denominação social em negócios estranhos aos fins sociais.

II - C - Fica atribuída ao Senhor **GERALDO WAGNER SILVA GONÇALVES**, no exercício de suas funções, que terá cargo de administrador, uma retirada pró-labore cujo valor será livremente negociado entre o administrador e os sócios em comum acordo, podendo este valor ser elevado independente de alteração do presente instrumento.

II - D - As assinaturas em nome social pelo gerente nomeado nas cláusulas antecedentes, deverão ser seguida sob a rubrica de:

ASCÂNIO TURISMO E EXCURSÕES LTDA - EPP.

Geraldo Wagner Silva Gonçalves

Gerente Administrativo.

CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

CLÁUSULA PRIMEIRA - A sociedade é constituída pela razão social de **ASCÂNIO TURISMO E EXCURSÕES LTDA - EPP.**, regidas pelas Leis nº 10.046, de 10/12/2002 e 6.404 de 15/12/76, esta no que for aplicável.



CLAUSULA SEGUNDA - A sociedade tem sua sede e foro à Praça Pedro X Gontijo, nº 75, centro CEP.35.500-049; filial nº 01 uma garagem de estacionamento e manutenção de veículos próprios, situada a Av. Antônio Delaretti Filho, nº 1.200, Centro Industrial Cel. Jovelino Rabelo, CEP.35.502-288, em Divinópolis – M.G.; filial nº 02 sita à Avenida São João, nº 3598 – Centro em Itaúna - MG, explorando os mesmos objetivos sociais.

CLAUSULA TERCEIRA - A sociedade explora as atividades relacionadas aos serviços de transporte rodoviário de passageiros, organização de viagens de turismo e excursões, por tempo indeterminado de sua duração social.

CLAUSULA QUARTA - A responsabilidade dos sócios é restrita ao valor de suas quotas (artigo 1.052 do Novo Código Civil). A participação social dos sócios casados nesta sociedade é incomunicável a de seus respectivos cônjuges, tanto nesta quanto em outra que participam ou que porventura venham participar de caráter societária.

CLAUSULA QUINTA – O Capital Social é de R\$-50.000,00 (cinquenta mil reais), dividido em cotas de R\$-1,00 (hum real), devidamente integralizadas, assim, distribuídas aos sócios:

ASCANIO GONTIJO 25.000 cotas ... R\$-25.000,00
SYLVIA GOMES GONTIJO 25.000 cotas ... R\$-25.000,00
TOTAIS 50.000 cotas ... R\$-50.000,00

CLAUSULA SEXTA – A sociedade poderá ser administrada por sócio ou não sócio, que desde já fica aprovado por unanimidade dos sócios, conforme art.1061 do Código Civil vigente, a nomeação do Senhor **GERALDO WAGNER SILVA GONÇALVES**, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade nº M-8842398 expedida pela SSPMG., inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas (MF), sob nº 774.367.926-87, residente e domiciliado à Rua Paraíba, nº 889, apto. 201, Centro,



em Divinópolis (MG), CEP. 35.500-016, que se encontra desimpedido de comerciar, bem como qualquer das hipóteses prevista no §1º do art.1.011 do C.C., sendo suas atribuições, administrar os interesses sociais da sociedade, onde caberão as responsabilidades ou representações ativa e passiva da sociedade, judicial ou extra judicialmente, podendo praticar todos os atos, **“compreendidos no objeto social”**, sempre no interesse da sociedade, ressaltando novamente a vedação expressa do uso da denominação social em negócios estranhos ao fim social, dentro dos limites de sua competência e responsabilidade individual, previstas nos artigos 1.010 ao 1.022, da supracitada Lei, onde iniciará os seus exercícios.

CLAUSULA SETIMA – Nas deliberações dos sócios. os mesmos adotarão a forma prevista no §3º do Art. 1072 do Código Civil vigente, ficando estabelecido que a sociedade não terá conselho fiscal.

CLAUSULA OITAVA - As assinaturas em nome social pelo gerente nomeado nas cláusulas antecedentes, deverão ser seguida sob a rubrica de:

ASCÂNIO TURISMO E EXCURSÕES LTDA - EPP.

Geraldo Wagner Silva Gonçalves
Gerente Administrativo.

CLAUSULA NONA – Na venda ou cessão a qualquer título de cotas é assegurado aos sócios, na proporção de suas participações no capital social e à sociedade, nesta ordem, o direito de preferência à aquisição delas. As alienações dependerão, ainda, do consentimento prévio e expresso do cotista remanescente, sendo nula e ineficaz em relação à sociedade, qualquer transação que contrariar esta cláusula.

Parágrafo único - Em caso de resgate de cotas o preço será pago através de prestações mensais e consecutivas, acrescidas de variação monetária oficial em vigor. A diminuição ou dilatação do prazo para pagamento, a cobrança ou não da correção monetária, bem como, de outras condições, poderá ser objeto de deliberação entre as partes interessadas, desde que não venham prejudicar os interesses da sociedade. O preço das cotas será fixado com base no balanço



patrimonial a ser levantado para esta finalidade, inventariando o patrimônio social pelo preço de mercado, consoante ao que reconhece o disposto no artigo 8º (oitavo) da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e Decreto nº 3.000 de 26 de março de 1999, com as suas atualizações posteriores editadas até a presente data, e princípios contábeis emanados pelo Conselho Federal de Contabilidade.

CLÁUSULA DÉCIMA - A sociedade não se dissolverá em caso de retirada amigável ou judicial, pela exclusão, falência ou incapacidade legal de um dos sócios, podendo os sócios remanescentes ou a sociedade adquirir as cotas do sócio excluído, falido ou declarado incapaz. A sociedade não se dissolverá pela morte ou extinção de um dos sócios, devendo ser eleito por seus herdeiros um de seus membros para representá-lo em seus interesses sociais, com direito à mesma remuneração que percebia o sócio falecido, até que seja deliberada com os sócios remanescentes, a admissão ou não, de todos os herdeiros. A admissão dos herdeiros do sócio falecido dependerá da anuência expressa dos sócios remanescentes, desde que eles satisfaçam as exigências legais. Em caso contrário os haveres do sócio falecido serão pagos de conformidade com as disposições contidas no parágrafo único da cláusula anterior.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - Anualmente, em 31 de dezembro, será levantado um balanço patrimonial para apurar os resultados do exercício correspondente consoante a legislação fiscal e comercial, em vigor.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - Os sócios componentes, **ASCÂNIO GONTIJO** e **SYLVIA GOMES GONTIJO** e o gerente administrativo desta sociedade, declaram expressamente não se acharem incursos nas proibições da Lei 10.406/2002, em seu art. 1001, § 1º, podendo assim exercer livremente as atividades prevista neste instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - As partes elegem o foro da Comarca de Divinópolis, Estado de Minas Gerais, para dirimir quaisquer dúvidas ou pendências

resultantes da presente Alteração Contratual, bem como os casos omissos neste instrumento, sempre com observância dos preceitos do Código Civil(Lei 10.406/02), e demais dispositivos legais aplicáveis.



CLAUSULA DÉCIMA QUARTA - As atividades sociais se iniciaram em 10 de outubro de 1977.

E por estarem de pleno acordo com as cláusulas e condições descritas no presente instrumento os sócios e o gerente administrativo assinam o presente instrumento em três vias de igual forma e teor, na presença de duas testemunhas, para fins de registro e arquivamento na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais.

Divinópolis(MG), 09 de janeiro de 2004.

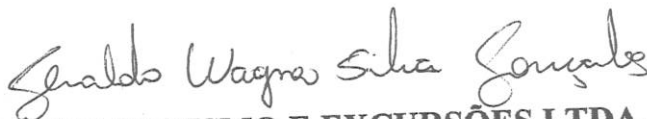

Ascânio Gontijo

CPF: 003.946.456-34



Sylvia Gomes Gontijo

CPF: 551.658.186-91



ASCÂNIO TURISMO E EXCURSÕES LTDA - EPP.

Geraldo Wagner Silva Gonçalves

Gerente Administrativo.

Testemunhas:


Daniel Andrade Vespúcio

Oliveira CPF: 046.327.056-83



Denise Aparecida Romão

C.I. MG Nº 4065999.